



DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA TERENA NA ALDEIA IPEGUE.

Acadêmica Thainara de Oliveira Cozer/UFMS/CPAQ¹
Profª Drª Fátima Cristina D. F. Cunha/UFMS/CPAQ²

RESUMO

Sou Terena, fui morar com minha avó aos 4 anos de idade na aldeia Ipegue. Iniciei meus estudos na Escola Municipal Indígena Polo Feliciano Pio, localizada dentro da Aldeia. Com o passar dos anos, percebi que a maioria dos moradores do Ipegue não falavam e não entendiam a língua Terena, nossa língua materna, ao contrário do que acontece em aldeias próximas, como Bananal, Lagoinha e Água Branca. Nessas comunidades, muitas crianças ainda crescem falando Terena, enquanto, no Ipegue, a transmissão da língua tem se tornado cada vez mais rara. A escolha do tema é tida como uma forma de valorizar e sensibilizar a comunidade, sobre a importância de preservar a língua materna dentro da nossa Aldeia. Embora a língua Terena seja ensinada na escola, isso não é suficiente para que as crianças aprendam, falem ou compreendam plenamente o idioma. Este artigo busca analisar o que levou a diminuir o número de falantes ao longo das gerações, não ocorreu de forma natural, foram inúmeros fatores que levam a diminuição da transmissão. Afinal, mais do que um meio de comunicação, a língua Terena carrega a identidade, a cultura e a história do nosso povo, e não pode ser deixada de lado.

Palavras-chave: Terena. Língua Materna. Língua Terena.

ABSTRACT

I am Terena, I went to live with my grandmother at the age of 4 in the Ipegue village. I started my studies at the Municipal Indigenous School Polo Feliciano Pio, located within the village. Over the years, I noticed that most of the residents of Ipegue do not speak or understand the Terena language, our mother tongue, unlike what happens in nearby villages such as Bananal, Lagoinha, and Água Branca. In these communities, many children still grow up speaking Terena, while in Ipegue, the transmission of the language has become increasingly rare. The

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, thainaradeoliveira208@gmail.com

² Professora Orientadora, fatima.cunha@ufms.br

choice of the theme is seen as a way to value and raise awareness in the community about the importance of preserving the mother tongue within our village. Although the Terena language is taught in school, this is not enough for children to fully learn, speak, or understand the language. This article aims to analyze what led to the decrease in the number of speakers over the generations; it did not happen naturally, but rather due to numerous factors that contributed to the decline in transmission. After all, more than a means of communication, the Terena language carries the identity, culture, and history of our people, and it cannot be set aside.

Keywords: Terena. Mother Tongue. Terena Language.

1. INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas é marcada por conflitos e resistência, na etnia Terena isso não é diferente. Participante da Guerra do Paraguai e parte construtora das Linhas Ferroviárias e Telégrafos (Bittencourt e Ladeira, 2000), muitas foram as formas das quais os brancos se aproveitaram dos esforços da comunidade.

Ao final dessas obras, os indígenas foram realocados a reservas e postos sob supervisão de chefes do posto, período onde o pensamento colonial foi posto como verdade e muitos endógenas foram forçados a abandonar sua cultura e língua, iludidos com a ideia de se “integrar”.

Com o passar dos anos, essa ideia foi se infiltrando e como saldo a língua Terena é hoje pouco falada. Este relato é da minha vivência e experiência, enquanto moradora na Aldeia, é um ponto de vista interno, um olhar, uma vivência de uma acadêmica indígena Terena que observou a todos em redor e relatou a sua experiência.

Dessa forma, por meio deste Relato de Experiência, e uma pesquisa bibliográfica direcionada ao assunto, ainda utilizei uma entrevista informal aos anciões da Aldeia, bem como minha avó e demais vizinhos.

O objetivo principal foi verificar o atual estado da língua Terena e compreender como chegamos até ele para enfim pensar em soluções e ações para valorizar a cultura e revitalizar a língua. Destacando a importância da participação coletiva e da ação governamental.

2. Relato da minha experiência

No presente artigo faço o relato da minha experiência, pois “O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais” (Mussi, Flores e Almeida, 2021). Assim sendo, a experiência e a vivência une-se à teoria para fomentar novas análises e reflexões produzindo assim novos saberes e conhecimentos.



Participação na festividade da Aldeia Ipegue, 2025 fonte: Arquivo pessoal

Os questionamentos foram levantados com base na observação e vivência. Assim, por meios das narrativas experienciada ao longo dos anos como indígena da aldeia Ipegue e etnia Terena, e atualmente como acadêmica de Pedagogia, busco verificar o contexto de indígenas fluentes na língua Terena dentro da aldeia, principalmente quando estamos indo em direção a Universidade Federal para assistir as aulas, onde verificamos que a maior parte dos acadêmicos não sabem mais a língua materna, percebemos que a língua segue em um panorama decrescente e é perpassado por diversas questões.

Por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com dois ex-caciques da aldeia, através das respostas, mais dúvida surgiram, pois em seus relatos, eles também perceberam que a Aldeia já não é mais a mesma, sob a ótica de cacique, eles também tem dificuldades em estar encontrando muitas pessoas falantes da língua materna Terena.

A entrevista realizada com esses dois ex-caciques da Aldeia Ipegue, e teve como objetivo descobrir a percepção dos entrevistados acerca de como era a aldeia nos anos anteriores e como a questão da língua foi se alterando, utilizamos perguntas do tipo “Como era antigamente aqui na Aldeia? O povo era todo falante ou não?” e a partir disso, mediamos a conversa em torno dos objetivos delimitados.

Para o levantamento bibliográfico utilizou-se as palavras chaves “língua Terena”, “Terenas”, “Alfabetização Indígena”, na ferramenta de pesquisa Google Académico, para além

de artigos dos últimos anos, fez-se um resumo histórico baseado na obra de Bittencourt e Ladeira, “A história do povo Terena” publicado pelo Ministério da Educação no ano 2000.

3. Do Brasil Império a criação da Funai: Impactos Discursivos

De acordo com Bittencourt e Ladeira (2000), existe uma afirmação de que por meio de uma análise linguística pode-se identificar que o povo Terena ascende dos Aruák. Que eles habitam, em sua maioria na região dos rios Aquidauana e Miranda, afluentes do rio Paraguai, no estado do Mato Grosso do Sul.

Segundo as autoras, a história do povo Terena pode ser dividida em 3 períodos: Tempos Antigos, Tempos de Servidão e Tempos Atuais. O primeiro período é marcado pela saída do povo Terena da região do Chaco, conhecido pelos povos indígenas como Êxiva. No século XVI começam as primeiras histórias de contato com os europeus, e posteriormente com os portugueses, que vieram atrás das minas de metais preciosos, que ficam próximo a essa região.

Devido ao conflito entre os colonizadores para possuir o controle do território, os povos Terena, os Kinikinau, os Laiana foram se deslocando para regiões até então, desabitadas, e reconstruíram suas aldeias perto do forte Coimbra e das vilas das Serras do Albuquerque, entre os rios Paraguai e Miranda (Bittencourt e Ladeira, 2000)

Porém, Bittencourt e Ladeira (2000) apontam que, com a descoberta do ouro em Cuiabá no Mato Grosso, vilas portuguesas começaram a ser construídas, em 1727 foi construída uma vila em Cuiabá, em 1778 uma vila em Albuquerque e Vila Maria, e para proteger suas fronteiras, o Forte Dourado e o Presídio de Miranda em 1778 e o Forte Coimbra, em 1775.

Nesse período os “Guanás”, como eram identificados os povos dessa região na época, já realizam vendas na região do forte Coimbra, isso porque os purutuyé [1] precisavam de mão de obra para trabalhar nas fazendas de lavouras e de pessoas para ajudarem nas construções das vilas, para que então seu domínio no território fosse completo.

Desse modo os indígenas eram obrigados a morar em aldeias dirigidas por chefes brancos, onde deveriam aprender a viver e a trabalhar de acordo com os costumes do homem branco (Bittencourt e Ladeira, 2000). As autoras afirmam que após a independência, o início do período imperial foi marcado por conflitos na região do Rio da Prata, para estabelecimentos de limites territoriais, por conseguinte em 1889, eclodiu a Guerra do Paraguai, na qual o Brasil, a Argentina e o Uruguai constituíram a Tríplice Aliança para combater os paraguaios.

O exército brasileiro, tinha uma parte formada por escravos, que tiveram sua liberdade prometida, e por indígenas Guaicuru e Terena, esse conflito durou 5 anos, e ao seu término se

iniciou o segundo período das histórias do povo Terena, o Tempo de Servidão (Bittencourt e Ladeira, 2000).

A denominada “Lei das Terras” em 1850 passou a permitir que “as terras poderiam ser compradas e vendidas sem precisar de aprovação do governo” (Bittencourt e Ladeira, 2000). Desse modo, Bittencourt e Ladeira (2000) apontam que a terra passou a dar lucro a seus proprietários, e a finalidade disso era forçar a colonização de mais terras, visto que terras sem registro de propriedades podiam ser leiloadas.

Consequentemente, muitas terras indígenas foram incorporadas e vendidas, isso ocorria especialmente com aqueles que lutavam para proteger suas terras, conforme afirma Bittencourt e Ladeira (2000) “Pela primeira vez o governo do Império estabelecia em lei a diferença entre “índio bravo - índio manso”.

O povo Terena ao final da guerra, voltou a suas terras, que estavam destruídas e arrasadas, além de estarem sendo disputadas por novos “proprietários” que eram normalmente “oficiais desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes que lucraram com a guerra e que permaneceram na região” (Bittencourt e Ladeira, 2000). O governo passou a estimular a ida de mais purutuyes para a região, para reforçar o controle dos territórios e as fazendas começaram a se multiplicar, a situação dos povos indígenas foi se deteriorando, e muitos tiveram que trabalhar nas fazendas como empregados, outros que resistiram saíam do território, e acabavam por perdê-los. Esse período foi marcado por intensa exploração (Bittencourt e Ladeira, 2000).

Com o início do Brasil República em 1889, passou-se a investir na construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas, visando melhorar a comunicação e o transporte de mercadorias. Em 1900, foi criada uma comissão para ligar o trecho do telégrafo de Cuiabá para a Bolívia, o chefe dela foi Cândido Mariano da Silva Rondon, que começou a recrutar a população indígena para participar da construção.

No ano de 1905 começou a construção da estrada de ferro Noroeste, que passava por Porto Esperança, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas, Araçatuba, Penápolis, até chegar a Bauru, essa construção também contou com a mão de obra do povo Terena (Bittencourt e Ladeira, 2000).

O século XX foi marcado por muitos conflitos e resistência dos povos indígenas, muitos grupos foram extermínados, e a questão tomou notoriedade internacional, o que levou o governo a ter que se preocupar, assim, até 1910 o debate sobre o tema era frequente, e fez-se necessário uma medida que “agradasse a todos” (Bittencourt e Ladeira, 2000) que culminou na decisão de que os indígenas teriam suas “reservas” delimitadas pelo governo, essas

demarcações eram sempre menores do que o território que antes já lhe pertenciam e não respeitava a distância e organização que antes eles mantinham.

Além disso foi criado o Serviço de Proteção aos índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI-LTN), na qual Rondon ficou responsável, conforme Bittencourt e Ladeira (2000), era responsabilidade do SPI-LTN:

- "pacificar" o índio arredio e hostil, para permitir o avanço dos purutuyé nas zonas pioneiras, isto é, recém abertas para a colonização.
- demarcar suas terras criando "reservas indígenas". lotes de terra sempre inferiores aos territórios anteriormente ocupados pelos índios. A justificativa é que "pacificados" não precisavam mais "correr de um lado para outro".
- educar os índios, ensinando a eles técnicas de agricultura, noções de higiene, as primeiras letras e ofícios mecânicos e manuais para que pudessem sair da condição de índio bravo e serem transformados em trabalhadores nacionais.
- proteger os índios e assisti-los em suas doenças.

Através de resistência, muitos núcleos familiares terenas conseguiram se manter na região de Mato Grosso, por sua vez, eles foram encarregados da construção das Linhas Telegráficas, sob o comando de Cândido Rondon em 1904, em troca de manterem a posse de suas terras, desse modo com o intermédio de Rondon em 1911, as aldeias Cachoeirinha e Bananal/Ipegue tiveram seus territórios reconhecidos (Bittencourt e Ladeira, 2000).

A atuação do SPI logo se tornou de controle, com a instituição de chefes de postos que controlavam a mediação de conflitos internos entre famílias, guarda dos registros das ocorrências civis (nascimento, casamento e óbitos) e até dos contratos de trabalho, estimulando cada vez mais que os Terenas deixassem seus meios de subsistências anteriores para trabalhar em fazendas, essa situação levou muitos indígenas a irem para cidade, o objetivo era que os indígenas fossem “integrando-se ao modo de vida do purutuyé, abandonando sua língua costumes e tradições” (Bittencourt e Ladeira, 2000).

No período da Ditadura Militar, o SPI foi dissolvido e surgiu a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, criada em 1967, porém se tratou apenas de uma mudança de nome, visto que na época o órgão herdou os mesmos poderes e anos depois não conseguiu que os Terenas retomassem “o direito à terra para que toda a população possa viver com dignidade. E autonomia” (Bittencourt e Ladeira, 2000).

Em entrevista com o ex- cacique professor Alvisure Gonçalves é relatado que no passado era comum que a língua usada para comunicação fosse a Terena, até que com a atuação

do SPI e o início da delimitação de terras, se tem o intitulado pelo professor como “chefe do posto”, ocorreu uma pressão para que a aldeia passasse a se integrar na sociedade branca, colocando o português como necessário, pois era de interesse político que a comunidade indígena não tivesse sua cultura preservada.

Para tanto criou-se um discurso argumentativo de que ensinar a língua terena para as crianças iria prejudicar seu desenvolvimento. Essa ideia foi incutida no pensamento de muitos indígenas da época, que não passaram a língua para seus filhos, apesar de falantes.



Lurdes Gomes de Oliveira, 2025 Fonte: Arquivo pessoal

3.1 Relato Pessoal e a Aldeia nos Dias Atuais

Fui morar com minha avó aos quatro anos de idade na Aldeia Ipegue. Sou da etnia Terena e iniciei minha trajetória escolar na Escola Municipal Indígena Feliciano Pio. Naquela época, havia poucos professores indígenas formados dentro da aldeia, mas os que já possuíam formação atuavam no ensino, inclusive na disciplina de língua materna. Com o passar dos anos, percebi que, na minha aldeia, o número de falantes da língua Terena foi diminuindo gradativamente. Cada vez menos pessoas compreendem e utilizam a língua no dia a dia.

Foi essa preocupação que me levou a escolher este tema. O risco da nossa língua deixar de ser falada e compreendida é algo que me inquieta, pois ela é parte fundamental da nossa cultura e da nossa identidade, assim como, a dança, as pinturas corporais, as vestimentas e artesanatos que são produzidos dentro da comunidade.



Escola MI PoloFeliciano Pio, 2025, Fonte: Arquivo pessoal

A escola localizada na aldeia Ipegue oferece ensino do pré ao nono ano, atualmente os professores são todos indígenas e moram dentro da aldeia, com ensino da língua Terena em todas as séries. Porém esse ensino vem demarcado por desafios, conforme aponta Jordão (2022)

O ensino bilíngue é oferecido até o 9º ano, porém o ensino da língua materna não está sendo bem-sucedido, professores indígenas da geração mais recente têm dificuldades de ensinar a mesma, pois não falam fluentemente ou infelizmente não sabem falar. Mas há professores mais antigos que falam e escrevem. (Jordão, 2022, p. 20).

Conforme apontado por Jordão (2022) a simples oferta do ensino da língua Terena não garante o aprendizado, é inegável que um professor fluente na língua possui mais domínio sobre

ela e por sua vez consegue exercer a comunicação com a mesma de maneira mais ampla, com conhecimentos mais aprofundadas nas características da língua e seu uso. Isso torna-se importante pois além de um resgate cultural, para as crianças terenas o ensino ofertado é de primeira língua. Isso também é apontado pela autora:

As escolas indígenas alfabetizam em sua língua materna, e a partir do 2º ano do ensino fundamental inicia-se a transposição para língua portuguesa. O segundo processo é o de revitalização da cultura Terena. As escolas procuram revitalizar a cultura Terena, porém a língua materna não é mais a língua indígena e sim a língua portuguesa. Assim, a língua indígena é considerada segunda língua. Esse processo está sendo realizado nas aldeias que estão perdendo suas tradições, principalmente a língua (Jordão, 2022, p. 23).

Dessa forma, sendo a primeira língua, a materna, é no ambiente escolar e na comunidade, o espaço para que a criança exerça o seu conhecimento sobre a língua, necessitando de múltiplo espaços de conversação e escrita, que perpassa pelas diversas situações comunicativa, como apontado por Soares apud Piccoli e Camini (2012) a cultura escrita é parte do cotidiano da criança, porém em diferentes níveis, visto que nisso está envolto o seu contato com livros, revistas, jornais.



Escola MI PoloFeliciano Pio, 2025, Fonte: Arquivo pessoal

Trazendo esse conceito para Alfabetização Terena evidencia-se a necessidade de lançar mãos de materiais e métodos na língua e para tal, a fluência faz se extremamente necessária para que essas situações comunicativas venham ser orientadas.

Para além da fluência, sendo a cultura escrita e as práticas sociais para além da escola, a família mostra-se indissociável desse processo de aquisição da língua, especialmente no que

diz respeito à valorização da mesma. Segundo Jordão (2022) “Já são poucas pessoas mais velhas que falam e comprehendem, e se torna difícil a transmissão dessa língua que para nós é tão importante”. Sou um exemplo dessa importância e como a falta dela pode impactar.

Minha bisavó materna, Dominga Malheiro, conta que veio de Taquari, uma cidade próxima a Coxim, e que foram anos viajando de carreta de boi até chegar na aldeia Ipegue, tal como ela, muitas pessoas foram até lá nesse percurso porque “tinham parentes na Aldeia Ipegue” e meu avô Guilherme Gomes trabalhava em uma fazenda próxima a Aldeia Ipegue como serrador, sua ascendência era paraguaia, mas com tempo passou a morar na Aldeia Ipegue, onde viveu e no final da vida ali foi sepultado. Fazenda essa na qual os indígenas retomaram e já vem lutando há mais de 10 anos, pois segundo os estudos antropológicos essa área foi identificada como indígena. O meu pai não é indígena mas, minha mãe é, logo que meu avô (não indígena) faleceu, minha avó Lurdes Gomes foi morar em Aquidauana com os filhos.



Entrada atual da Aldeia Ipegue, 2025 Fonte: Arquivo pessoal

Atualmente a Aldeia Ipegue possui poucos falantes da língua Terena e algumas pessoas só entendem, em comparação a dança tradicional das mulheres Sipúterena e dos homens Kipaé, as pinturas e artesanatos fabricados pelo próprio indígena seguem preservados. No dia 19 de abril, quando comemoramos o dia dos povos originários da terra, a aldeia se alegra e utilizamos as vestimentas, as pinturas corporais. Seguimos a tradição ao ritmo do som do pife e batida do bombo, então seguindo o ritmo tradicional, as mulheres e homens dançam.

Assim como eu, muitos indígenas por diversas razões não possuem a fluência da língua, que é um bem cultural que precisa ser preservado e passado adiante, a lei que orienta a educação indígena e torna o ensino de língua materna obrigatória foi um passo importante mas não deve ser o fim da linha, é necessário investir em mais projetos que promovam a cultura, que se trabalhe com a formação de professores, priorizando os fluentes, mas oportunizando aos demais a oportunidade de aprender a língua também.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos como resultado que embora a língua Terena seja ensinada na escola, não é suficiente para que as crianças aprendam, falem ou compreendam plenamente o idioma. Verificamos que a procura por emprego entre os falantes da língua portuguesa, a falta de professores qualificados, a falta de projetos, etc. levou a diminuir o número de falantes ao longo das gerações, enfim, foram inúmeros fatores que levam a diminuição da transmissão.

A atual situação da língua Terena na Aldeia Ipegue levanta a seguinte preocupação: ao mesmo tempo, em que a criança entra na escola indígena e aprende a língua ainda que, com dificuldade, sem o estímulo interno de um trabalho de valorização, essa mudança, ainda que precária, não favorece muito ao aprendizado da língua materna Terena.

Combater o pensamento colonial incutido há anos não é uma tarefa fácil, mas mostrase cada vez mais necessário para que a cultura Terena seja preservada, conforme aponta Bittencourt e Ladeira (2000) “conhecer e discutir sobre as diferentes manifestações culturais da vida cotidiana é importante para o estudo da história do povo Terena”.

Partindo disso, Jordão (2022) levanta a seguinte questão: não devemos então buscar nas aldeias circunvizinhas professores fluentes, na falta deles em nossa aldeia?”. Para essas questões é necessário uma movimentação que envolva não apenas a comunidade escolar mas também os órgãos educacionais, visto que a educação de qualidade é um direito constitucional.

Portanto, faz-se necessário mais estudos e mais pesquisas que façam um levantamento de dados desses profissionais, iniciando então processos de seleção e capacitação, para aumentar o número de falantes da língua materna Terena.

5. REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A História do Povo Terena.** - Brasília : MEC, 2000. 156p. Disponível

em:<<https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/a%20historia%20do%20povo%20terena.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2025

JORDÃO, Elinéia Luiz Paes. **Reflexões Sobre o Papel do Professor Indígena na Educação Escolar Indígena e Educação Indígena.** Campo Grande:Web Revista Página de Debates: Questões de Linguística e Linguagem, 2022. v. 1 n. 23. Disponível em: <http://ojs.pantanaleditoraelivraria.com.br/index.php/linguisticalinguagem/article/view/164>. Acesso em: 03 out. 2025

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico.** Práx. Educ., Vitória da Conquista , v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021 . Disponível em:<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2025.